

ESE - Capítulo I: Não Vim Destruir a Lei, - sub-item 1: Moisés

→ Hoje iremos verificar o sub-item 1: Moisés, que é conhecida como a Lei de Justiça, onde nela há uma parte que é Lei de Deus e outra, civil, disciplinar decretada por Moisés. Esta última é variável conforme os costumes e caráter do povo; a primeira é invariável.

→ Moisés traz-nos a lembrança dos 10 Mandamentos e de um Deus duro, que era necessário para a personalidade da época.

→ A lei de Deus está formulada nos dez mandamentos seguintes:

- I. Eu sou o Senhor, Teu Deus, que te tirei do Egito, da casa da servidão. Não terás, diante de mim, outros deuses estrangeiros. - Não farás imagem esculpida, nem figura alguma do que está em cima do céu, nem embaixo na Terra, nem do que quer que esteja nas águas sob a terra. Não os adorarás e não lhes prestarás culto soberano.
- II. Não pronunciarás em vão o nome do Senhor, Teu Deus.
- III. Lembrar-te-ás de santificar o dia do sábado.
- IV. Honrarás a teu pai e a tua mãe, a fim de viveres longo tempo na terra que o Senhor Teu Deus te dará.
- V. Não matarás.
- VI. Não cometerás adultério.
- VII. Não roubarás.
- VIII. Não prestarás testemunho falso contra o teu próximo.
- IX. Não desejarás a mulher do teu próximo.
- X. Não cobiçarás a casa do teu próximo, nem o seu servo, nem a sua serva, nem o seu boi, nem o seu asno, nem qualquer das coisas que lhe pertençam.

→ A gente, ou seja, todos nós juntos, iremos fazer um comparativo da lei moisésaca **Declaração Universal dos Direitos do Homem, para verificarmos se a lei moisésaca é ou não é atual e necessária ainda ser lembrada.**

CARTA UNIVERSAL DOS DIREITOS DO HOMEM
PREAMBULO

Considerando

que o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e seus direitos iguais e inalienáveis é o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo;
que o desprezo e o desrespeito pelos direitos do homem resultaram em atos bárbaros que ultrajaram a consciência da Humanidade,
e o advento de um mundo em que os homens gozem de liberdade de palavra, ~~de crença~~
liberdade de viverem a salvo do temor e da necessidade

Considerando

ser essencial que os direitos do homem sejam protegidos pelo império da lei, para que o homem não seja compelido, como último recurso, à rebelião contra a tirania e a opressão;

ser essencial promover o desenvolvimento de relações amistosas entre as nações;

Considerando

que os povos das**Nações Unidas**reafirmaram, na Carta, sua fé nos direitos do homem e da mulher, e que decidiram promover o progresso social e melhores condições de vida em uma liberdade mais ampla;
que os Estados Membros se comprometeram a promover, em cooperação com as Nações Unidas, o respeito universal aos direitos e liberdades fundamentais do homem e a observância desses direitos e liberdades;

que uma compreensão comum desses direitos e liberdades é da mais alta importância para o pleno cumprimento desse compromisso,

A Assembléia Geral das Nações Unidas proclama a presente

Declaração Universal dos Direitos do Homem como o ideal comum a ser atingido por todos os povos e todas as nações, com o objetivo de que cada indivíduo e cada órgão da sociedade, tendo sempre em mente esta Declaração, se esforce, através do ensino e da educação, por promover o respeito a ~~esses~~ **direitos e liberdades**, pela adoção de medidas progressivas de caráter nacional e internacional, por assegurar o seu reconhecimento e a sua observância universais e efetivos, tanto entre os povos dos próprios Estados Membros, quanto entre os povos dos territórios sob sua jurisdição.

Artigo 1 Todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade.

Artigo 2

I) Todo homem tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição.

II) Não será também feita nenhuma distinção fundada na condição política, jurídica ou internacional do país ou território a que pertença uma pessoa, quer se trate de um território independente, sob tutela, sem governo próprio, quer sujeito a qualquer outra limitação de soberania.

Artigo 3 Todo homem tem direito a vida, liberdade e segurança pessoal.

Artigo 4 Ninguém será mantido em escravidão ou servidão; a escravidão e o tráfico de escravos estão proibidos em todas as suas formas.

Artigo 5 Ninguém será submetido a tortura, nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante.

Artigo 6 Todo homem tem o direito de ser, em todos os lugares, reconhecido como pessoa perante a lei.

Artigo 7 Todos são iguais perante a lei e tem direito, sem qualquer distinção, a igual proteção da lei. Todos tem direito a igual proteção contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação.

Artigo 8 Todo o homem tem direito a receber dos tribunais nacionais competentes remédio efetivo para os atos que violem os direitos fundamentais que lhe sejam reconhecidos pela constituição ou pela lei.

Artigo 9 Ninguém será arbitrariamente preso, detido ou exilado.

Artigo 10 Todo o homem tem direito, em plena igualdade, a uma justa e pública audiência por parte de um tribunal independente e imparcial, para decidir de seus direitos e deveres ou do fundamento de qualquer acusação criminal contra ele.

Artigo 11

I) Todo o homem acusado de um ato delituoso tem o direito de ser presumido inocente até que a sua culpabilidade tenha sido provada de acordo com a lei, em julgamento público no qual lhe tenham sido asseguradas todas as garantias necessárias a sua defesa.

II) Ninguém poderá ser culpado por qualquer ação ou omissão que, no momento, não constituíam delito perante o direito nacional ou internacional. Também não será imposta pena mais forte do que aquela que, no momento da prática, era aplicável ao ato delituoso.

Artigo 12 Ninguém será sujeito a interferências na sua vida privada, na sua família, no seu lar ou na sua correspondência, nem a ataques a sua honra e reputação. Todo o homem tem direito à proteção da lei contra tais interferências ou ataques.

Artigo 13

I) Todo homem tem direito à liberdade de locomoção e residência dentro das fronteiras de cada Estado.

II) Todo o homem tem o direito de deixar qualquer país, inclusive o próprio, e a este regressar.

Artigo 14

I) Todo o homem, vítima de perseguição, tem o direito de procurar e de gozar asilo em outros países.

II) Este direito não pode ser invocado em casos de perseguição legitimamente motivada por crimes de

direito comum ou por atos opostos aos objetivos e princípios das Nações Unidas.

Artigo 15

I) Todo homem tem direito a uma nacionalidade.

II) Ninguém será arbitrariamente privado de sua nacionalidade, nem do direito de mudar de nacionalidade.

Artigo 16

I) Os homens e mulheres de maior idade, sem qualquer restrição de raça, nacionalidade ou religião, tem o direito de contrair matrimônio e fundar uma família. Gozam de iguais direitos em relação ao casamento, sua duração e sua dissolução.

II) O casamento não será válido senão com o livre e pleno consentimento dos nubentes.

III) A família é o núcleo natural e fundamental da sociedade e tem direito à proteção da sociedade e do Estado.

Artigo 17

I) Todo o homem tem direito à propriedade, só ou em sociedade com outros.

II) Ninguém será arbitrariamente privado de sua propriedade.

Artigo 18 Todo o homem tem direito à liberdade de pensamento, consciência e religião; este direito inclui a liberdade de mudar de religião ou crença e a liberdade de manifestar essa religião ou crença, pelo ensino, pela prática, pelo culto e pela observância, isolada ou coletivamente, em público ou em particular.

Artigo 19 Todo o homem tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferências, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e idéias por quaisquer meios, independentemente de fronteiras.

Artigo 20

I) Todo o homem tem direito à liberdade de reunião e associação pacíficas.

II) Ninguém pode ser obrigado a fazer parte de uma associação.

Artigo 21

I) Todo o homem tem o direito de tomar parte no governo de seu país diretamente ou por intermédio de representantes livremente escolhidos.

II) Todo o homem tem igual direito de acesso ao serviço público do seu país.

III) A vontade do povo será a base da autoridade do governo; esta vontade será expressa em eleições periódicas e legítimas, por sufrágio universal, por voto secreto ou processo equivalente que assegure a liberdade de voto.

Artigo 22 Todo o homem, como membro da sociedade, tem direito à segurança social e à realização, pelo esforço nacional, pela cooperação internacional e de acordo com a organização e recursos de cada Estado, dos direitos econômicos, sociais e culturais indispensáveis à sua dignidade e ao livre desenvolvimento de sua personalidade.

Artigo 23

I) Todo o homem tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego.

II) Todo o homem, sem qualquer distinção, tem direito a igual remuneração por igual trabalho.

III) Todo o homem que trabalha tem direito a uma remuneração justa e satisfatória, que lhe assegure, assim como a sua família, uma existência compatível com a dignidade humana, e a que se acrescentarão, se necessário, outros meios de proteção social. IV) Todo o homem tem direito a organizar sindicatos e a neles ingressar para proteção de seus interesses.

Artigo 24 Todo o homem tem direito a repouso e lazer, inclusive a limitação razoável das horas de trabalho e a férias remuneradas periódicas.

Artigo 25

I) Todo o homem tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e

bem estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda de meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle.

II) A maternidade e a infância tem direito a cuidados e assistência especiais. Todas as crianças, nascidas dentro ou fora do matrimônio, gozarão da mesma proteção social.

Artigo 26

I) Todo o homem tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnica profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, esta baseada no mérito.

II) A instrução será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos do homem e pelas liberdades fundamentais. A instrução promoverá a compreensão, a tolerância e amizade entre todas as nações e grupos raciais ou religiosos, e coadjuvará as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz.

III) Os pais têm prioridade de direito na escolha do gênero de instrução que será ministrada a seus filhos.

Artigo 27

I) Todo o homem tem o direito de participar livremente da vida cultural da comunidade, de fruir as artes e de participar do progresso científico e de fruir de seus benefícios.

II) Todo o homem tem direito à proteção dos interesses morais e materiais decorrentes de qualquer produção científica, literária ou artística da qual seja autor.

Artigo 28 Todo o homem tem direito a uma ordem social e internacional em que os direitos e liberdades estabelecidos na presente Declaração possam ser plenamente realizados.

Artigo 29

I) Todo o homem tem deveres para com a comunidade, na qual o livre e pleno desenvolvimento de sua personalidade é possível.

II) No exercício de seus direitos e liberdades, todo o homem estará sujeito apenas às limitações determinadas pela lei, exclusivamente com o fim de assegurar o devido reconhecimento e respeito dos direitos e liberdades de outrem e de satisfazer as justas exigências da moral, da ordem pública e do bem-estar de uma sociedade democrática.

III) Esses direitos e liberdades não podem, em hipótese alguma, ser exercidos contrariamente aos objetivos e princípios das Nações Unidas.

Artigo 30 Nenhuma disposição da presente Declaração pode ser interpretada como o reconhecimento a qualquer Estado, grupo ou pessoa, do direito de exercer qualquer atividade ou praticar qualquer ato destinado à destruição de quaisquer direitos e liberdades aqui estabelecidos.

(<http://www.un.org/rights/50/decla.htm>) (<http://www.unhchr.ch/html/menu6/1/udportug.htm>).

✍ assim, agora, iremos todos nós fazermos as correlações existentes no texto da lei de Moises, parte Divina, e as leis atuais; onde ela permanece (porque permanece), onde ela não mais cabe (porque não caberia).

* o coordenador do grupo deverá correlacionar anteriormente alguns exemplos (os nossos selecionados estão abaixo), **mas deverá deixar que os jovens façam a atividade** coordenador só deverá usar seus exemplos em caso de necessidade e incentivo para a continuidade dos trabalhos

→ a gente selecionou alguns itens correlacionados, a fim de que possamos verificar a atualidade dos dez mandamentos (Decálogo), ainda que as palavras e o contexto sejam aparentemente diferentes. A atualidade dos mandamentos é visível, posto que eles são normas de conduta de todos os povos e em todos os tempos, uma vez que por mais que os homens façam leis em benefício da coletividade, elas (as leis) sempre poderão ser resumidas dentro de um dos mandamentos.

→ exemplos selecionados:

- Já no preâmbulo verificamos que as justificativas expostas têm inseridas dentro delas os mandamentos de IV a X, ou seja, o cumprimento dos mandamentos darão origem à promoção e ao respeito pelos direitos fundamentais do homem e, conseqüentemente, da coletividade. Podemos verificar mais fortemente essa inserção nos parágrafos 1º., 2º., 3º. e 5º.

•

- O Artigo 3 – “Todo homem tem direito à vida, liberdade e segurança pessoal.” Quando falamos em direito à vida verificamos estar aí incluído o mandamento V – não mateis; quando falamos em direito à liberdade e à segurança pessoal, verificamos estar aí incluído os mandamentos IV, V, VII e X.
- o Artigo 10 “Todo o homem tem direito, em plena igualdade, a uma justa e pública audiência por parte de um tribunal independente e imparcial, para decidir de seus direitos e deveres ou do fundamento de qualquer acusação criminal contra ele.” Verificamos aqui a inserção do mandamento VIII (não prestei testemunho falso contra o vosso próximo).
- O Artigo 12 “Ninguém será sujeito a interferências na sua vida privada, na sua família, no seu lar ou na sua correspondência, nem a ataques a sua honra e reputação. Todo o homem tem direito à proteção da lei contra tais interferências ou ataques.” A gente pode verificar a inserção aqui do mandamento X (não cobiceis a casa do vosso próximo, nem o seu servo, nem a sua serva, nem o seu boi, nem o seu asno, nem qualquer das coisas que lhe pertencem) – também nesse mandamento a gente pode verificar o artigo XVII da Declaração.
- O Artigo 16

I) Os homens e mulheres de maior idade, sem qualquer restrição de raça, nacionalidade ou religião, tem o direito de contrair matrimônio e fundar uma família. Gozam de iguais direitos em relação ao casamento, sua duração e sua dissolução.

II) O casamento não será válido senão com o livre e pleno consentimento dos nubentes.

III) A família é o núcleo natural e fundamental da sociedade e tem direito à proteção da sociedade e do Estado.

Aqui a gente pode verificar a preservação da família constituído nos mandamentos IV (honrai pai e mãe) VI (não cometeis adultério) e IX (não desejeis a mulher do próximo)

- O artigo 24 todo homem tem direito a repouso e lazer, inclusive a limitação razoável das horas de trabalho e a férias remuneradas periódicas. A gente pode, por analogia, verificar o mandamento III lembrai-vos de santificar o dia de sábado.

Conclusão ou fechamento do estudo:

→ Com isso podemos verificar que o decálogo ou os dez mandamentos estão gravados em nosso subconsciente e através dessa gravação formamos, ainda que possamos inserir muitas coisas meramente humanas, outras tantas que são originárias das Leis Divinas e toda vez que infringimos um de seus artigos, a consciência nos acusa da infração cometida (podendo essa acusação surgir hoje ou mais tarde, conforme a conscientização vá se fixando na evolução do espírito)

obs: pode-se utilizar outras leis , por exemplo: O Código Penal Brasileiro, O Código Civil(área da família) , etc.

(estudo preparado e apresentado pela equipe NETJOVEM CVDEE/IRC-Espiritismo - e apresentado na sala espiritismo.net/jovem, no sistema paltalk de internet - categoria américa -south america ou spanish & portugues conforme a série do paltalk existente em seu computador)